



## **Contribuições da classificação facetada no mapeamento do campo da Comunicação**

**Carlos Alberto Ávila Araújo<sup>1</sup>**

### *RESUMO*

Este texto apresenta uma das propostas contidas no projeto de tese intitulado “Evolução da Pesquisa em Comunicação no Brasil: principais campos de estudo e autores de referência”, que tem por objetivo a identificação dos principais autores utilizados como referência na pesquisa produzida no país (por meio de análise de citações a partir de técnicas bibliométricas) e dos principais assuntos estudados (a partir de um esquema facetado de classificação). Este texto procura apresentar um primeiro esboço do que seria esse sistema facetado, ainda em desenvolvimento, evidenciando algumas de suas potenciais contribuições, naquilo que pode vir a somar a outros trabalhos que também tiveram por objetivo mapear os assuntos de pesquisa na área da Comunicação, sem contudo utilizar esquemas facetados.

**Palavras-chave:** Classificação facetada, Pesquisa em Comunicação, Teoria da Classificação

### **Introdução**

Este texto, apresentado como trabalho final da disciplina “Bases teóricas do processo classificatório”, insere-se na problemática do projeto de tese “Evolução da pesquisa em Comunicação no Brasil: principais campos de estudo e autores de referência”. O referido projeto tem por objeto de estudo teses e dissertações em comunicação produzidas nos programas de pós-graduação em comunicação do país em quatro distintos períodos históricos, identificando, por meio de técnicas bibliométricas, os autores mais citados nas pesquisas e, a

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência da Informação pela ECI/UFMG, professor licenciado do curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas de Caratinga

partir da contribuição das teorias da classificação e de modelagem conceitual, os assuntos mais estudados.

O objetivo deste texto é bem mais específico: pretende-se aqui analisar as tentativas já realizadas de identificação dos principais assuntos pesquisados na área de comunicação, avaliando-se as contribuições possíveis mediante a utilização de um sistema de classificação facetada.

Nosso ponto de partida é o trabalho de STUMPF e CAPPARELLI (2000) que analisa a produção discente (um total de 754 teses e dissertações) dos programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil no período compreendido entre 1992 e 1996, cujos resumos se encontram em outra publicação dos autores (STUMPF; CAPPARELLI, 1998). Na explicitação da metodologia utilizada, os autores revelam as dificuldades de elaboração do índice temático, sendo a principal delas o fato de que “não existe, até o momento, um vocabulário controlado ou de um tesauro que sirva de base a uma indexação dos assuntos na área de Comunicação” (STUMPF; CAPPARELLI, 2000, p. 242).

Logo a seguir, os autores explicam que trabalharam com uma lista de termos verificando os 20 assuntos que foram objeto de estudo das dissertações e teses com maior frequência, para depois realizar uma comparação por universidade. Pensando nesse objetivo, trabalham de forma que

a lista não é completa nem por demais específica porque o objetivo foi enquadrar os trabalhos dentro de grandes temas, sem a preocupação de chegar a minúcias para sua representação e recuperação. Com vistas a facilitar a indexação, tanto utilizamos palavras-chave que dizem respeito aos assuntos mais gerais, perspectivas teóricas e/ou metodológicas, quanto interfaces presentes nos trabalhos (STUMPF; CAPPARELLI, 2000, p. 243).

Nesse sentido, a metodologia utilizada está em acordo com os objetivos pretendidos. Contudo, podemos nos perguntar: e se os objetivos fossem outros? E se o propósito não fosse o de comparar a totalidade dos trabalhos, em termos percentuais, em relação aos 20 grandes grupos de assunto, independente da natureza desses assuntos? Enfim, se tivermos como meta um outro objetivo, isto é, problematizar o quadro conceitual da área de comunicação para



propor uma classificação por assuntos mais complexa, então teremos que desenhar uma outra metodologia de análise. O esboço desse desenho é o objetivo da discussão empreendida a seguir.

### **Ciência da Informação, estudos de produção científica e classificação por assuntos**

Desde o início do século XX se tem discutido a necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica. Importante sintoma dessa discussão é o desenvolvimento da Bibliometria, técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico “tal como procede a Demografia ao recensear a população” (FONSECA, 1986, p. 10). Entre os principais marcos de seu desenvolvimento estão o método de medição da produtividade de cientistas de Lotka (1926), a lei de dispersão do conhecimento científico de Bradford (1934) e o modelo de distribuição e frequência de palavras num texto de Zipf (1949).

Após a II Guerra, e ao longo de toda a segunda metade do século, o crescimento exponencial da atividade científica levou à necessidade de uma organização cada vez mais eficaz, seja para a busca de informações específicas, para as políticas de financiamento ou para o acompanhamento do “estado da arte” de uma determinada área. Assim, trabalhos de natureza quantitativa, de mensuração da atividade científica, continuaram a ser produzidos, tendo nos trabalhos de Goffman, em 1964, sobre o crescimento epidêmico da literatura, e de Price, em 1965, com os estudos de redes de citações, seus marcos fundamentais. No Brasil, proliferaram os estudos bibliométricos na década de 70, principalmente com os estudos realizados no IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, hoje IBICT, Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica).

A Bibliometria, contudo, não foi o único ramo a desenvolver estudos sobre a atividade científica. Outro campo preocupou-se com os fluxos do conhecimento científico, a partir do pioneirismo de Garvey e Griffith (1979). Há ainda os estudos sobre as comunidades científicas, que têm em Merton um de seus precursores, ainda em 1957, e que na década de 60 se desenvolveram no esteio da sociologia da ciência com autores como Crane, David, Encel e Storer. Esses dois campos de estudo e suas contribuições foram, aos poucos, fazendo parte da agenda de estudos da Ciência da Informação no que tange à avaliação da produção e



comunicação científica, sem, contudo, que se deixasse de lado a utilização dos métodos bibliométricos.

Atualmente, os trabalhos sobre a produção científica abordam diversas questões, correlacionando contribuições de diferentes áreas do conhecimento científico. Assim, são exemplos os trabalhos que estudam a historicidade da produção científica a partir de conceitos da Arqueologia do Saber de Foucault (ALVARENGA, 1996), a região geográfica como fator interveniente na produção científica (TARGINO, 1998), a identidade dos pesquisadores, em aspectos relacionados à carreira, motivações, produtividade, qualidade da produção, colaboração (MEADOWS, 1999; LACEY, 1998; WITTER, 1997), a natureza coletiva da comunidade científica e o ciclo de credibilidade (LATOUR, 1987; LATOUR, 1997), as relações de poder e disputa dentro do campo científico (BOURDIEU, 1983), as relações e atividades que transcendem o “laboratório”, também chamadas “arenas transepistêmicas” (KNORR-CETINA, 1981), os condicionamentos das pesquisas por interesses privados políticos e comerciais (CROSSEN, 1996), a divulgação científica como atividade de difusão do conhecimento, partilha social do saber e atividade de reformulação discursiva (ZAMBONI, 2001; CUNHA, 2001), a importância do periódico científico (MIRANDA, PEREIRA, 1996; STUMPF, 1996), as relações entre divulgação científica e cidadania (ALBAGLI, 1996).

Em meio a todo esse conjunto de trabalhos, é possível identificar alguns que têm uma preocupação específica (ainda que não seja a única presente nos estudos): a identificação dos principais assuntos estudados dentro de uma área. É o caso, por exemplo, da pesquisa de OLIVEIRA (1998) que investiga 152 pesquisas em Ciência da Informação financiadas pelo CNPq entre 1984 e 1993, com o objetivo de “identificar as características gerais da pesquisa científica realizada na área de Ciência da Informação, no Brasil”. Para realizar essa tarefa, a autora discute a história da política científica, origem e história da Ciência da Informação (com suas abordagens e paradigmas) e a infra-estrutura da Ciência da Informação no Brasil (instituições, sociedades de pesquisa, periódicos e programas de pós-graduação). No quinto capítulo, analisa os temas mais pesquisados e, para tanto, elabora um mapa conceitual da área de Ciência da Informação, com três grandes classes temáticas que se desdobram num esquema de 15 classes e várias subclasses.

Outro exemplo é o estudo de TEIXEIRA (1997) que, inspirado nos trabalhos de JARVELIN e VAKKARI (1990; 1993), elaborou uma tabela de assuntos para a área de Ciência da



Informação com a qual analisou “as temáticas das dissertações e teses defendidas no curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação” da UnB. Sua tabela foi posteriormente utilizada por MUELLER e PECEGUEIRO (2001) na análise das temáticas de 248 artigos publicados na revista *Ciência da Informação* nos anos 90.

Outro conjunto de exemplos é o apanhado de pesquisas realizadas para o mapeamento de assuntos mais estudados em Administração, nas áreas de gerência de operações (ARKADER, 2003), marketing (VIEIRA, 2003), finanças (LEAL et al, 2003) e recursos humanos (TONELLI et al, 2003), todos tendo como objeto de estudo artigos de periódicos e realizando análise dos assuntos mais estudados (e também de autoria, produtividade, comparação entre instituições) tendo, para tanto, elaborado listas prévias de assuntos, que vai de um elenco de 30 assuntos, no caso da primeira, a apenas três grandes áreas temáticas, desmembradas em 39 subtemas, no caso da última.

Nos trabalhos citados acima, o que se pode perceber é que, na maior parte das vezes, não se empreende uma discussão sobre a natureza ou os tipos de assuntos que são eleitos como índice. Apenas são apresentados os assuntos e distribuídas as frequências encontradas para cada um. Mesmo em trabalhos que realizam alguma discussão sobre como se chegou à lista de assuntos relevantes de uma área, não há uma preocupação em distinguir entre tipos de assuntos. O resultado é que, em todos, a quantidade de pesquisas encontradas para cada assunto é somada com a quantidade encontrada nos demais assuntos, somando 100% - isto é, em algumas situações, assuntos que representam conceitos de naturezas diferentes são somados como se tivessem a mesma natureza quando, na verdade, representam aspectos diferentes da área a qual se referem. Enfim, não há um trabalho de modelização conceitual, não são estudadas as relações entre os conceitos que compõem um determinado campo científico. Essa é uma característica comum ao trabalho de STUMPF e CAPPARELLI (2000), que será analisado logo a seguir.

### **Teoria da classificação e modelização conceitual**

Classificação é um processo definido como “dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos” (PIEADADE, 1977, p. 09). Essa



definição, embora possa variar um pouco de acordo com o autor, traz o elemento essencial que caracteriza um processo de classificação: a formação metódica e sistemática de grupos, a ação organizante de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes partilhadas por alguns (que os incluem dentro de determinado grupo) e não compartilhada pelos demais (que não pertencem a esse grupo). No processo classificatório tal como estudado pela Teoria da Classificação, duas questões importantes se destacam:

A primeira é a natureza instintiva do ato classificatório. O ser humano classifica o tempo todo, incessantemente. Todas as suas ações no mundo são trespassadas por atos classificatórios. De acordo com COSTA (1998), a ação de classificar – promover distinções e identificações, estatutos, avaliações - é parte constitutiva das sociedades, na medida em que estão por toda parte, impregnam a vida social de forma onipresente. Existem sistemas de classificação mais e menos elaborados, sendo que é no campo do cotidiano, do vivido, das relações informais, que está o repertório base das outras classificações, o ingrediente decisivo para os demais sistemas de classificação (mais formais e explícitos). Autores ligados à Sociologia do Conhecimento (BERGER, LUCKMANN, 1985) relatam que, nas interações cotidianas, utilizamos a todo momento “esquemas tipificadores”, que são formas de apreensão do anonimato do outro, anonimato esse preenchido por características que julgamos pertencer à classe à qual este outro pertence. De toda forma, não é dessa classificação que trata a Teoria da Classificação, mas de uma classificação sistemática, lógica, que reflete crítica e filosoficamente sobre os elementos de ligação que servem para a reunião de conceitos.

A segunda questão é a existência de um princípio classificatório ou “característica de uma classificação”, que é o “elemento que serve para reunir os grupos segundo as semelhanças que apresentam” (BARBOSA, 1969, p. 14). Entre as contribuições de Aristóteles para a Teoria da Classificação, destaca-se a elaboração dos cinco predicados: gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente.

A partir dessa noção foram elaborados diversos sistemas de classificação hierárquicos, isto é, que organizam conceitos em estruturas de gênero/espécie, identificando características essenciais e acidentais. A estrutura conceitual é obtida pela aplicação sucessiva de características de divisão. Um exemplo da aplicação desse modelo para sistemas de classificação bibliográfica é a Classificação Decimal de Dewey.



A Teoria da Classificação vai conhecer, contudo, uma “verdadeira revolução” na primeira metade do século XX. Alguns vão dizer que se trata do momento em que a Teoria Tradicional é confrontada com a Teoria Moderna, ou que a Teoria Descritiva é confrontada com a Teoria Dinâmica. A grande novidade é o desenvolvimento da Teoria da Classificação Facetada:

A Teoria da Classificação Facetada é desenvolvida por Shiyali Ramamrita Ranganathan na década de 30, a partir da Colon Classification, tabela de classificação elaborada para a organização do acervo da Biblioteca da Universidade de Madras, na Índia (...) Ranganathan foi aquele que conseguiu estabelecer princípios para uma nova teoria da classificação bibliográfica e o fez tendo como base o próprio conhecimento (CAMPOS, 2001, p. 26, 28).

O diferencial do sistema classificatório proposto por Ranganathan é a utilização de uma estrutura dinâmica, multidimensional, com a introdução do termo faceta “que ficou sendo, nos modernos estudos sobre teoria da classificação, o substituto de característica” (BARBOSA, 1969, p. 16). Seu ponto de partida foi uma outra idéia de Aristóteles, a definição das dez categorias do ser, isto é, as formas sob as quais os seres e objetos se apresentam, ou “os fatos que constatamos das coisas, quando as examinamos” (PIEDADE, 1977, p. 11). São elas: substância, quantidade, qualidade, relação, duração, lugar, posição, estado, ação realizada, ação sofrida. Todas elas podem ser utilizadas como características classificatórias, isto é, para a distinção entre os seres e o estabelecimento de grupos.

Refletindo sobre essas categorias em suas obras (principalmente em *Five Laws of Library Science*, de 1931, e *Prolegomena to Library Classification*, de 1937), Ranganathan percebe que cada um deles pode servir de princípio classificatório mas, nos sistemas utilizados até então, hierárquicos e monolíticos, apenas uma categoria podia ser utilizada por vez como característica de classificação. Assim, se tomarmos como exemplo um conjunto de cadeiras, podemos pensar em agrupá-las de diferentes formas. Usando a categoria quantidade, separaríamos as grandes das médias e das pequenas. Usando a categoria qualidade, pensada aqui como a cor, separaríamos as brancas das azuis e verdes. Ou, ainda, usando a categoria sofrimento de ação, separaríamos as produzidas manualmente das produzidas industrialmente. Num sistema hierárquico, contudo, não posso utilizar esses três princípios, mas apenas um. Se

escolho a categoria quantidade, então temos, para o gênero cadeira, espécies grandes, médias e pequenas. Em cada espécie tenho cadeiras de diferentes cores. Se for a intenção, agora, separar por cores, tenho que aplicar o novo princípio de classificação *dentro* das espécies já formadas, que agora se convertem em gêneros. Teremos, assim, cadeiras pequenas brancas, pequenas azuis e pequenas verdes; médias brancas, médias azuis e médias verdes; grandes brancas, grandes azuis e grandes verdes. Ou seja, a categoria qualidade, definida por nós como relativa à cor, fica aqui dispersa em relação ao gênero geral “cadeira”. Caso se queira ter todas as brancas juntas e separadas das verdes e das azuis, deve-se abandonar o primeiro princípio classificatório e substituí-lo por outro. Não se pode, dessa forma, dividir as cadeiras entre as brancas, as azuis e as pequenas. Aqui há um erro lógico de classificação, a aplicação de diferentes critérios classificatórios, gerando conceitos de natureza diferente que convivem na mesma operação classificatória. A categoria “pequena” não compartilha com as demais a característica que define a classe.

Ao mesmo tempo em que refletia sobre essa questão, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a CDD era largamente utilizada, mas freqüentemente adaptada e modificada. Quando, a partir de 1931, começou a compor um novo sistema, idealizou uma estrutura bem mais elástica do que as já existentes, isto é, que permitisse a síntese, o agrupamento de vários componentes para a especificação do assunto. Para isso, adota o uso de dois pontos como símbolo para correlacionar idéias diferentes. Sua classificação, a Colon Classification, cuja primeira edição data de 1933, é também conhecida como “classificação de dois pontos”.

O que nos importa, aqui, não é exatamente a Colon, mas o princípio que anima sua construção: o conceito de “faceta”, definida como “a totalidade das subdivisões resultantes da aplicação de uma única característica” (PIEDADE, 1977, p. 22). A utilização do termo “faceta” não implica apenas uma mudança terminológica, mas uma mudança na concepção do processo classificatório:

analisar um assunto por *facetas* significa que cada aspecto desse assunto pode ser visto como as manifestações de certas *características* ou *facetas* que obedecem a postulados pré-determinados. O sistema torna-se, assim, multidimensional e ilimitado (BARBOSA, 1969, p. 166).

Esse raciocínio permite a simultaneidade de critérios classificatórios sem que se incorra nos “sérios defeitos” da “classificação cruzada” (PIEDADE, 1977, p. 16), porque o que muda é a estrutura do sistema, que passa a aceitar a convivência de subdivisões de naturezas diferentes dentro de cada assunto.

Aplicado pela primeira vez na Colon Classification, o princípio de classificação facetada vai sendo aperfeiçoado a cada nova edição da Colon até que, em 1952, a quarta edição apresenta pela primeira vez as cinco categorias fundamentais, conhecidas como PMEST: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo.

Em 1948 é fundado, em Londres, o Classification Research Group, que passa a defender as classificações facetadas, criando inclusive diversas classificações especializadas utilizando o sistema. Em 1958, Douglas J. Foskett publica *Library classification and the field of knowledge* e, em 1960, Brian Vickery publica *Faceted Classification: a guide to construction and use of special schemes*. O CRG propõe, então, uma “ordem padrão de citação”, reformulando o PMEST de Ranganathan. Esta ordem compreende as seguintes categorias: todo (objeto do assunto, ou produto final), tipos, partes, materiais, propriedades, processos, operações e agentes, aos quais podem ser acrescentados espaço e tempo, bem como a forma de apresentação (FOSKETT, 1996, p. 158).

A Teoria da Classificação Facetada, em conjunto com a Teoria do Conceito (Dahlberg) e a Teoria da Terminologia (Wüester), vai ser o ponto de partida das abordagens contemporâneas que propõem a realização da tarefa de “modelagem conceitual” para o levantamento de assuntos de um determinado campo do conhecimento. A modelagem consiste em organizar o conhecimento dentro de áreas específicas, determinando todos os conceitos relevantes, suas naturezas e relações (CAMPOS, 2001).

### **Problematização a partir de um caso específico**

Chegamos enfim ao objetivo deste texto: propor a construção de um índice facetado para o mapeamento de assuntos pesquisados na área de Comunicação. Para tanto, utilizaremos como estudo de caso o índice geral proposto por STUMPF e CAPPARELLI (2000), que dividem as 754 teses e dissertações em Comunicação defendidas no período entre 1992 e 1996 em vinte



grandes grupos temáticos: semiótica, literatura, televisão, jornalismo, arte, discurso jornalístico, educação, novas tecnologias, cultura, cinema, imprensa, comunicação organizacional, imagem, psicanálise, narrativa, música, recepção, história, filosofia, linguagem.

Num primeiro olhar, podemos perceber que, apesar de representar a temática principal de cada trabalho, e de estar em sintonia com as linhas de pesquisa de cada programa de pós-graduação, as categorias expostas acima possuem diferentes naturezas. Semiótica, psicanálise, história, educação e filosofia são, claramente, outras áreas do conhecimento que possuem interface com a Comunicação. Sua presença como classes *da* Comunicação evidencia não apenas a interdisciplinaridade que caracteriza o campo, mas marca a existência de estudos que pertencem ao campo da Comunicação e que promovem, ainda, um olhar que utiliza conceitos oriundos de uma outra ciência – sendo esse movimento eleito o assunto central do trabalho. É o que fizeram, por exemplo, os 36 trabalhos listados na categoria “Psicanálise”, ou os 29 dentro de “Filosofia”. Contudo, é bem possível que alguma pesquisa encaixada em outra categoria, como por exemplo cinema (isto é, que tenha como principal assunto o cinema), tenha utilizado conceitos ou abordagens de outra área, mas esse movimento não é contabilizado porque, neste caso, cinema acabou sendo o preponderante.

Da mesma forma, música, cinema, arte, literatura e jornalismo têm em comum o fato de serem diferentes manifestações do “conteúdo” veiculado nos processos comunicativos, isto é, gêneros distintos das materialidades simbólicas a partir das quais e por meios das quais diferentes interlocutores entram em situação de comunicação. Assim, foram elencados aqui trabalhos cujo principal assunto tenha sido o tipo de conteúdo, independente do fato de terem ou não realizado movimentos interdisciplinares, isto é, buscado conceitos em outras ciências realizando interfaces. Um estudo sobre cinema pode até ter utilizado contribuições da psicanálise, mas isso não vai aparecer na estatística final porque ele foi considerado apenas como “cinema”.

Só que, aqui, há um complicador: no somatório final das frequências, a quantidade de trabalhos encontrados nas categorias “psicanálise”, “história” ou “filosofia” vai ser somado à quantidade encontrada em “cinema” e “literatura”. É como se, num determinado conjunto de cadeiras, somássemos as azuis, as brancas, as pequenas e as médias, obtendo, por exemplo, 20% de cadeiras azuis, 35% de brancas, 20% de pequenas e 25% de médias. Essa informação

não me diz o suficiente pois, se sei que 20% de cadeiras são azuis, esse dado *deveria* me informar que 80% são de outras cores. Mas se 45% das cadeiras foram “indexadas” em categorias de tamanho, eu não possuo a informação sobre a cor delas, de forma que é possível existirem outras cadeiras azuis no meio daquelas classificadas como “pequenas” ou “médias”. A recíproca é verdadeira: nada me garante que, entre as 55% de cadeiras classificadas pela cor, existam apenas pequenas, ou médias, ou grandes. Enfim: uma distribuição estatística entre assuntos pesquisados num conjunto de trabalhos precisa realizar a soma entre categorias obtidas de um mesmo princípio classificatório, isto é, relativos a uma mesma *faceta* do assunto.

Só é relevante saber o percentual de trabalhos que recorrem à psicanálise, à semiótica ou à filosofia em relação ao total de trabalhos que recorrem a alguma outra ciência, ou àqueles que não recorrem a nenhuma, mas não em relação àqueles que se debruçam sobre o cinema ou a literatura.

Para que esse raciocínio possa ficar mais claro, utilizamos, a seguir, como casos exemplares, algumas teses e dissertações para mostrar como elas poderiam ter sido “indexadas” em mais de um assunto, pertencendo a facetas diferentes, tomando como categorias, num primeiro momento, aquelas propostas por Aristóteles, Ranganathan e CRG, sem distinção. As categorias são preenchidas, na medida do possível, com termos retirados dos próprios resumos. Ressalte-se que alguns campos não puderam ser preenchidos porque as informações não constam dos resumos mas, de posse do próprio trabalho, poderiam ser preenchidos (por exemplo, a indicação do período a que se refere a pesquisa é citado poucas vezes nos resumos).

a) *VARGAS, Marina. Vejamos o que somos: projeto de comunicação nas comunidades indígenas de Otavalo, Equador, privilegiando o uso do vídeo. UMESP, 1992, dissertação.* Considerando-se a abrangência do processo, esse trabalho poderia se encaixar na categoria “comunicação comunitária” sendo que, em relação à prática profissional, “produção cultural”. Em relação ao suporte da comunicação, “vídeo”, em relação ao processo envolvido, “animação sócio-cultural, promoção da participação” e, em relação ao local, “Otavalo, Equador”.



b) *AGUIAR, Carly. Imprensa e eleições em 1989: razão e sedução na opinião das elites. USP, 1993, tese.*

Pela abrangência, essa tese se encaixa em “comunicação de massa” mas, pela prática profissional, “jornalismo”, enquanto em relação ao suporte da comunicação pode ser classificada em “impresso (tipo específico: jornal)”, pelo conteúdo da comunicação em “noticiário informativo e opinativo”, pelo processo “debate de idéias e opiniões sobre o processo sucessório” e, pelo tempo, “ano de 1989”.

c) *CASTRO, Breno. Drácula segundo Lacan e Jung: a psicanálise e a psicologia analítica como perspectivas de comentário e interpretação do filme “Drácula de Bram Stoker”. UFBA, 1994, dissertação.*

Em relação à abrangência, trata-se de “comunicação de massa”, já a prática profissional é “produção cultural”, sendo o suporte da comunicação “cinema”, o conteúdo da comunicação “filme (tipo específico: Drácula de Bram Stoker)” e a interface com outro campo de estudos, “Psicanálise”.

d) *AUGUSTO, Cinara. Quem tem medo da propaganda? Estudo de reação a propaganda através da manifestação espontânea do consumidor em Jornal de Santos. USP, 1993, tese.*

Pela abrangência, classifica-se em “comunicação de massa”, sendo a prática profissional “publicidade e propaganda”, o suporte da comunicação “impresso (tipo específico: jornal)”, o processo envolvido “recepção de mensagens” e o local, “Santos-SP”.

e) *JALKH, Katya. Informação, drogas e AIDS. UFRJ, 1993, tese.*

Em relação à abrangência do processo, trata-se de “comunicação dirigida”, já a prática profissional é “publicidade e propaganda”, o suporte da comunicação “jornal, cartazes, TV”, o conteúdo “campanhas de prevenção contra a AIDS” e o processo “conscientização”.

f) *FLAUSINO, Márcia. As capas de Veja: uma interpretação hermenêutico-fenomenológica. UnB, 1996, dissertação.*



A dissertação pode ser classificada, pela abrangência, em “comunicação de massa”, pela prática profissional em “jornalismo”, pelo suporte da comunicação em “impresso (tipo específico: revista)”, pelo conteúdo em “capas relativas às eleições de 1989 e 1994”, pelo processo em “proposta de leitura do mundo, hierarquização”, pela interface em “Filosofia” e, pelo tempo, em “1989 e 1994”.

### **Esboço de uma possível classificação facetada para a área de Comunicação**

Os exemplos acima evidenciam alguns aspectos (facetas) da área de Comunicação. A “abrangência” do processo (que poderia corresponder à categoria de “quantidade” em Aristóteles ou “propriedade” no CRG) é uma delas, que pode variar desde comunicação de massa internacional, comunicação de massa nacional, comunicação de massa regional, comunicação comunitária, comunicação organizacional, comunicação institucional, comunicação empresarial, comunicação de grandes grupos (multidões), comunicação de pequenos grupos (inter-grupal e intra-grupal), comunicação interpessoal.

Outra categoria relevante, “prática profissional” (que poderia corresponder à “qualidade” em Aristóteles ou “tipos” no CRG) envolve os diferentes saberes especializados na área de Comunicação, que se relacionam inclusive com as habilitações profissionais nos cursos de graduação: jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, radialismo, produção editorial, produção cultural. Deve-se deixar aberta, ainda, a possibilidade para pesquisas que não têm por objeto nenhum fenômeno comunicativo que envolva prática profissional (como por exemplo a comunicação interpessoal entre vizinhos).

O “suporte” da comunicação envolve o meio material em que as mensagens são fixadas (corresponderia à categoria “material” no CRG), a “mídia” utilizada, podendo ser o impresso (tendo-se, aqui, a distinção entre jornal, revista, livro, panfleto, fotografia, etc) ou mídia eletrônica (rádio, televisão, cinema, internet), além do próprio corpo e seus sentidos, no caso da comunicação interpessoal.

O “conteúdo” da comunicação (que, numa primeira aproximação, poderia corresponder à “substância” em Aristóteles ou ao “todo” do CRG) distingue, como resultado da atuação de determinada especialidade profissional, a existência de diferentes conteúdos que serão fixados num determinado suporte. Num jornal impresso, pode ser matérias informativas, opinativas,



cartas dos leitores, caderno de esportes, publicidade). Na televisão, pode ser novela, filme, programa de auditório, entre outros, tanto em categoria geral (todas as novelas) como específica (uma novela em particular). Essa é, sem dúvida, a categoria que comporta o maior número de subdivisões.

Por “processo” (que poderia corresponder aos dois sentidos de “ação” em Aristóteles, ou a “processo” no CRG) se quer identificar ações ou acontecimentos que são motivados pela prática comunicativa, ou a ela relacionados, como a recepção de determinado produto, a influência de determinado conteúdo, a promoção da participação, a formação de decisão de voto, a conformação de uma visão de mundo, o processo de produção de determinado conteúdo, o agendamento de temas para a sociedade, entre outras

A categoria “interface” diz respeito às várias ciências que estabelecem, com a Comunicação, interfaces a partir das quais diferentes objetos empíricos são estudados, ou seja, ciências às quais as pesquisas em Comunicação recorrem para extrair conceitos ou metodologias de estudo, tais como a Semiótica, a Análise do Discurso, a Lingüística, a Ciência Política, a Sociologia, a Psicologia, a Psicanálise, entre outras.

Há, ainda, que se destacar as categorias “tempo” e “espaço”, presentes em quase todos os trabalhos, ainda que não explicitado, como já dito, nos resumos. Com isso, pretendemos apresentar um primeiro esboço para uma proposta de classificação facetada para a área de Comunicação.

Dessa forma, um trabalho como o de Breno Castro, que poderia ser colocado na categoria “psicanálise”, apareceria nas estatísticas relacionadas ao tipo de mídia dentro da categoria “cinema”, constituindo uma elevação percentual dos estudos sobre cinema, sem deixar de contar na categoria “psicanálise” dentro de “interfaces”. O trabalho de Márcia Flausino pode estar presente na categoria “jornalismo”, fazendo parte da conta total relativa à faceta “prática profissional”, sem deixar de ser contabilizada na contagem de interfaces (dentro de “filosofia”) nem processos (“eleições”). E assim por diante, em relação aos demais estudos, que serão contemplados em seus vários aspectos e facetas. E, com isso, teremos um indicador percentual que realmente compare características semelhantes. Assim, estudos sobre televisão serão comparados apenas com estudos sobre mídia impressa, rádio e internet, e não com estudos que utilizam abordagens psicanalíticas ou filosóficas.



Não se pretende aqui, de forma alguma, criticar negativamente o trabalho de STUMPF e CAPPARELLI, ou mesmo outros semelhantes (PEREIRA, WAINBERG, 2000; KUNSCH, DENCKER, 1997; ESCOSTEGUY, RÜDIGER, 1996), por utilizarem categorias não-facetadas de classificação de assuntos. Dentro dos objetivos propostos por estes autores, a metodologia utilizada está adequada. Nosso objetivo foi, apenas, levantar a possibilidade de propor uma nova questão, para a qual a utilização de um sistema facetado seria mais pertinente. A discussão ainda é muito inicial e incipiente, do que resulta um esboço de estrutura de classificação ainda incompleto e falho. Pretendemos apenas que seja efetivamente dado um ponto de partida para a realização da tarefa proposta, a qual, acreditamos, será levada a cabo nos trabalhos subsequentes dentro do projeto de tese ora em desenvolvimento.

### **Referências bibliográficas**

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? *Ciência da Informação*. Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.

ALVARENGA, Lídia. A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1996 (tese de doutorado).

ARKADER, Rebecca. A pesquisa científica em gerência de operações no Brasil. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 70-80, jan./mar. 2003.

BARBOSA, Alice. Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, Lúcia Santaella. Comunicação e pesquisa. São Paulo: Hacker, 2001.

CAMPOS, Maria Luiza. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói: Ed. UFF, 2001.

COSTA, A. F. *Classificações sociais. Leitura*. Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997/abr. 1998.

CROSSEN, Cynthia. O fundo falso das pesquisas. Rio de Janeiro: Revan, 1996.



- DEUS, Jorge Dias de (org). A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; RÜDIGER, Francisco. Pesquisa em comunicação no Rio Grande do Sul: notas para sua avaliação e ordenamento. Revista Famecos. Porto Alegre: Edipucrs, n. 4, p. 77-94, maio 1996.
- FAUSTO NETO, A.; PRADO, J.; PORTO, S. Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.
- FONSECA, E. (org). Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Cultrix, Ed. USP, 1986.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling; DENCKER, Ada de Freitas (orgs). Produção científica brasileira em comunicação na década de 80: análises, tendências e perspectivas. São Paulo: Portcom-Intercom, ECA-USP, CNPq-Finep, 1997.
- JARVELIN, K.; VAKKARI, P. Content analysis of research articles in library and information science. Library and Information Science Research, v. 12, p. 395-421, 1990.
- JARVELIN, K.; VAKKARI, P. The evolution of library and information science 1965-1985: a content analysis of journal articles. Information Processing & Management, v. 29, n. 1, p. 129-144, 1993.
- KNORR-CETINA, K. The manufacture knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science. Oxford: Pergason Press, 1982.
- LACEY, Hugh. Valores e atividade científica. São Paulo: Discurso, 1998.
- LATOUR, Bruno. A vida de laboratório: a produção dos fatos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, Bruno. Ciência em ação. São Paulo: Unesp, 1987.
- LEAL, Ricardo et al. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 91-104, jan./mar. 2003.
- MEADOWS, Arthur Jack. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MERTON, R. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, J. D. (org). A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 37-52.
- MIRANDA, Dely; PEREIRA, Maria de Nazaré. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. Ciência da Informação. Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.
- MUELLER, Suzana; PASSOS, Edilenice (orgs). Comunicação científica. Brasília: Depto. de Ciência da Informação da UnB, 2000.
- MUELLER, Suzana; PECEGUEIRO, Cláudia. O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. Ciência da Informação. Brasília, v. 30, n. 2, p. 47-63, maio/ago. 2001.
- OLIVEIRA, Marlene. A investigação científica na Ciência da Informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. Brasília: UnB, 1998 (tese de doutorado).



- PEREIRA, M.; WAINBERG, J. O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. Revista Famecos. Porto Alegre: edipucrs, n. 12, p. 14-22, jun. 2000.
- PIEIDADE, M. Introdução à teoria da classificação. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
- RIVIER, A. Construção de linguagens de indexação: aspectos teóricos. Rev. da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 56-99, jan./jun. 1992.
- STUMPF, Ida. Passado e futuro das revistas científicas. Ciência da Informação. Brasília, v. 25, n. 3, p. 383-386, set./dez. 1996.
- STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio (orgs). Teses e dissertações em Comunicação no Brasil (1992-1996): resumos. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 1998.
- STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio. Produção discente dos programas de pós-graduação em Comunicação (1992-1996). Revista de Biblioteconomia & Comunicação, Porto Alegre, v. 8, p. 241-250, jan./dez. 2000.
- TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. Brasília: UnB, 1998 (tese de doutorado).
- TEIXEIRA, S.K. Temáticas das dissertações defendidas no curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 1997 (dissertação de mestrado).
- TONELLI, M. J. et al. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2003.
- VIEIRA, Francisco. Narciso sem espelho: a publicação brasileira em marketing. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 81-90, jan./mar. 2003.
- WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio (orgs). Tensões e objetos da pesquisa em comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PORTOCARRERO, Vera (org). Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- WITTER, Geraldina Porto (org). Produção científica. Campinas: Átomo, 1997.
- ZAMBONI, L. M. Cientistas, jornalistas e a divulgação da ciência. Campinas: Autores Associados, 2001.